

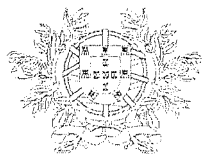
Ministério da Administração Interna

m
[Signature]

PROTOCOLO DE COOPERAÇÃO COM A ANMP
TENDENTE A DIVULGAR A INFORMAÇÃO SOBRE O LOCAL ONDE
DEVE SER EXERCIDO O DIREITO DE VOTO, INCENTIVANDO A
PARTICIPAÇÃO DOS CIDADÃOS NOS PRÓXIMOS ACTOS
ELEITORAIS

Outorgantes:

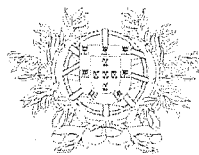
- 1.º - O Ministério da Administração Interna, através da Direcção Geral da Administração Interna do Ministério da Administração Interna, adiante designada por DGAI, representada pelo Subdirector-Geral da Administração Interna, Jorge Manuel Ferreira Miguéis,
- 2.º - A Associação Nacional de Municípios Portugueses, adiante designada por ANMP, representada pelo Secretário Geral, Artur José Pontvianne Homem da Trindade.



Ministério da Administração Interna

Considerando que:

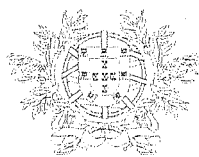
1. O MAI, através da **DGAI**, tem a seu cargo acções de informação e divulgação dos vários aspectos atinentes aos actos eleitorais e, muito especialmente, às questões relativas ao recenseamento eleitoral, tendo criado instrumentos de informação sobre os dados eleitorais na posse da Administração Central (Linha de Informação Eleitoral 808 206 206, serviço SMS 3838, serviço Internet www.recenseamento.mai.gov.pt);
2. A reforma e a modernização do recenseamento eleitoral, encetada pela Lei n.º 47/2008, de 27 de Agosto, reforçou, com a criação do Sistema de Informação e Gestão do Recenseamento Eleitoral (SIGRE), os mecanismos de actualização permanente e automática do recenseamento de forma a que este corresponda tendencialmente ao universo eleitoral, assegurando a interoperabilidade com as plataformas de identificação civil, incluindo o Cartão de Cidadão, garantindo às comissões recenseadoras uma mais moderna forma de acesso à BDRE, via SIGREweb, mantendo-se a



Ministério da Administração Interna

matriz essencial da participação autárquica e local no processo eleitoral, alicerce da sua democraticidade;

3. A ANMP, através dos Municípios que a integram, pode dar um importante contributo em iniciativas de divulgação que incentivem a participação dos cidadãos nos próximos actos eleitorais, bem como a difusão dos meios já disponíveis que permitam esclarecer dúvidas e prestar informação sobre a freguesia de recenseamento e o local de voto;
4. A importância da acção dos Municípios, na organização e suporte aos próximos actos eleitorais, em particular às eleições autárquicas, marcadas para dia 11 de Outubro de 2009;
5. Importa dar continuidade à excelente cooperação que tem marcado a relação entre a administração eleitoral e as autarquias locais, em particular com os Municípios, nos diferentes trâmites e procedimentos respeitantes ao processo eleitoral que tem contribuído, de forma consistente e constante, para a democraticidade de todos os actos eleitorais realizados desde o 25 de Abril,



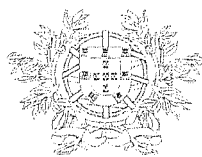
Ministério da Administração Interna

É outorgado, acordado e livremente aceite pelas Partes o presente Protocolo de cooperação, que se rege pelas seguintes cláusulas:

Cláusula 1.^a

(Objecto e âmbito)

1. O presente Protocolo tem por objecto o desenvolvimento de acções de informação e divulgação dos aspectos ligados à participação nos próximos actos eleitorais, em especial no tocante ao recenseamento eleitoral e à freguesia onde cada cidadão pode exercer o seu direito de voto.
2. No âmbito do presente Protocolo as Partes comprometem-se a:
 - a) Cooperar na divulgação da campanha de informação que apela à participação dos cidadãos nos próximos actos eleitorais, em particular dos jovens eleitores;
 - b) Promover e disponibilizar aos cidadãos eleitores informação sobre a inscrição no recenseamento eleitoral e a freguesia e local onde



Ministério da Administração Interna

estão inscritos e onde votam, incentivando a que estes verifiquem a sua efectiva inscrição;

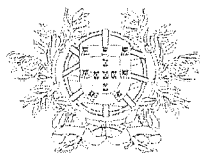
3. Manter um canal especialmente destinado às autarquias e comissões recenseadoras, com vista à prestação de informação e resolução de dúvidas, com peritos da administração eleitoral.

Cláusula 2.^a

(Direitos e Obrigações das Partes)

1. A DGAI obriga-se a:

- a) Desenvolver os meios e os suportes de informação e promover a sua distribuição pelas autarquias, em estreita colaboração com a ANMP;
- b) Disponibilizar informação dirigida e elaborar manual que permita a rápida resposta às questões e guia prático para autarcas e membros das comissões recenseadores;
- c) Garantir formas expeditas de acesso a recursos informativos que permitam o cabal esclarecimento das questões colocadas;

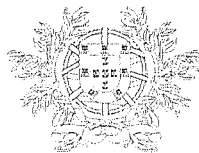


Ministério da Administração Interna

- d) Assegurar uma linha de informação específica para autarcas e comissões recenseadoras, garantida por peritos eleitorais;
- e) Colaborar nos demais os aspectos que lhe venham a ser solicitados com vista à boa execução do protocolo.

2. A ANMP obriga-se a:

- a) Assegurar que a informação aos eleitores, em particular a Linha de Informação Eleitoral (808 206 206), o sítio de informação eleitoral www.portaldcelector.pt, o acesso por sms pelo 3838 e o recurso a meios electrónicos de informação fiquem disponíveis nos sítios electrónicos da ANMP;
- b) Promover a difusão dos meios de informação disponibilizados pela DGAI junto dos Municípios;
- c) Incentivar as autarquias à utilização dos meios de informação que assegurem aos cidadãos informação bastante, com vista a verificarem a sua freguesia e o concreto local de voto, logo que os mesmos se encontrem definidos pelos órgãos autárquicos competentes.



Ministério da Administração Interna

Cláusula 3.^a

(Cooperação)

1. O desenvolvimento e o financiamento dos materiais de informação, os manuais e guias de informação ficam a cargo da DGAI.
2. As acções junto das autarquias locais ficam a cargo da ANMP.

Cláusula 4.^a

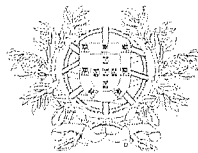
(Monitorização e avaliação)

Os outorgantes acordam em manter formas regulares e canais comunicacionais céleres com vista a assegurar o contacto e a monitorização das acções levadas a cabo no âmbito da execução do presente protocolo.

Cláusula 5.^a

(Articulação com outras iniciativas)

O presente protocolo não prejudica quaisquer acções ou iniciativas que a ANMP e os Municípios entendam desenvolver no âmbito dos objectivos do protocolo, podendo, se entenderem útil, comunicá-las à DGAI.



Ministério da Administração Interna

Cláusula 6.^a

(Vigência)

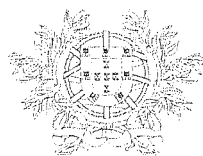
A vigência do presente Protocolo tem início na data da sua outorga, e mantém-se pelo período de 3 meses.

Cláusula 7.^a

(Resolução do Protocolo)

1. O incumprimento, por qualquer das Partes, das obrigações constantes no presente Protocolo, confere à outra Parte o direito à respectiva resolução.
2. A resolução deverá ser notificada à Parte faltosa, através de carta registada com aviso de recepção, operando automaticamente a contar da data da sua recepção.

O presente Protocolo é assinado e rubricado em 2 (dois) exemplares, de igual valor, um para cada uma das Partes.



Ministério da Administração Interna

Lisboa, de Agosto de 2009

Pela DGAI

A handwritten signature in cursive script, likely belonging to José Luís.

Pela ANMP

A handwritten signature in cursive script, likely belonging to António, with a long horizontal flourish extending to the right.